



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Memórias reveladas: Comissão Paulo Barbosa de Araújo

Ronaldo de Jesus Nunes^I

Discutir sobre as atrocidades cometidas pelo Estado, buscar elucidar fatos de repressão a população civil, trazer memórias da repressão das vítimas para que eventos como os discutidos e narrados nunca mais aconteça, já se justifica como um motivo primordial a leitura do Relatório estadual de Sergipe, intitulado Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”.

Instituída pelo o Decreto nº 30.030/2015, em 7 de julho de 2015, recebeu o nome de Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, em homenagem ao jornalista Paulo Barbosa, que vazou as prisões na Operação Cajueiro (1976). A obra corresponde a parte das atividades desenvolvidas junto da comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), organizada por Andréa Depieri de Albuquerque Reginato, jurista, doutora em Sociologia pela UFS e atualmente professora no departamento de Direito na UFS e por Gilson Sérgio Matos Reis, historiador, especialista em Organização de Arquivos - IEB-ECA/USP (2002). A comissão foi composta por profissionais e pesquisadores sobre a grande área da democracia e direitos humanos.

O relatório Paulo Barbosa de Araújo, além de trazer levantamento e análise consistente sobre parte das reverberações da ditadura militar no estado de Sergipe, contribui para o enriquecimento dos debates acadêmicos sobre a história da população sergipana e abre possibilidades para observarmos as relações com o Brasil e exterior na movimentação dos/as envolvidos que participaram de algum movimento e acabaram sendo vítimas do Estado. A partir da organização do relatório o objetivo principal da comissão e estendida ao relatório é contemplar alguns eixos temáticos que perpassam discussões acadêmicas e de movimentos contestatórios sobre as violações de direitos humanos, tais como: verdade, memória, reparação, justiça e políticas públicas de garantia dos direitos democráticos. Junto das observações, o relatório possui imagens de documentos oficiais dos quais é possível conhecer os órgãos envolvidos em atividades voltadas à repressão.

Para isso, o livro conta com uma base fundamentada em vasta documentação histórica, assim como com diversos depoimentos das vítimas que sofreram repressão durante os anos de 1946-1988, como tentativa de explorar os reflexos do regime autoritário experienciados na década de 1940, e de como a manutenção de parte das lideranças políticas, tal como no Congresso Nacional, garantiram a atuação opressora mesmo no curto tempo de democracia, sendo intensificadas as ações repressivas pós golpe de 1964.

Os trabalhos desenvolvidos pela CEV/SE permitiram a reunir e construir um conjunto significativo de fontes, dentre elas, 46 depoimentos de vítimas, que ocorreram de forma pública e privada. Esses depoimentos foram realizados em sessões públicas ocorridas entre os anos de 2016-2019, majoritariamente em Aracaju.

MEMÓRIAS REVELADAS: COMISSÃO PAULO BARBOSA DE ARAÚJO

NUNES, R. J.

Distribuída em oito partes mais apresentação e introdução, a obra inicia com a apresentação, que busca apresentar as atividades desenvolvidas e permite que distintos públicos possam entender o que foi a Comissão da Verdade e da atuação dela no estado de Sergipe. Na sequência, na introdução, situa o/a leitor/a com alguns conceitos básicos para entendimento e compreensão do relatório. Assim, são apresentados os conceitos de direito à verdade, memória, justiça, reparação e as reformas institucionais. É na introdução ainda que CEV/SE traz um infográfico sobre a luta pela memória e justiça no Brasil, começando no ano de 1985 com a finalização do projeto “Brasil nunca mais” até o ano de 2016 com o início dos trabalhos da comissão. Ademais, são levantadas e respondidas questões como: O que é uma Comissão da Verdade? Qual sua importância? O que é doutrina de segurança nacional? Entre outras. Desse modo, preparando o/a leitor/a para a sequência da leitura.

Na primeira parte “O Estado de Segurança Nacional e as Estruturas de Repressão Política no Brasil e em Sergipe”, é abordado a questão das estruturas de repressão política, que ao longo dos anos ocorreram mudanças conforme o tempo e o contexto, assim alguns desses órgãos acabaram mudando suas funções, suas siglas e até mesmo de lugar. Utilizados como mecanismos de opressão, acabavam por seguir uma única lógica, e obedeciam a um padrão existente nacionalmente.

O sistema de organização da repressão em Sergipe, era comandado pelo Serviço de Segurança Nacional (SNI), instituído pelo presidente Castelo Branco, em 13 de junho de 1964 através da Lei no 4.341/1964, para controlar e coordenar todas as informações e contrainformações do país e também no exterior. O Núcleo de Agência de Aracaju (NAAR/SNI), fazia parte do SNI, os autores não conseguiram identificar o ano de criação dessa agência, mas constatou-se que em 1969 estava ativa e que foi encerrada em 30 de novembro de 1974, a frente desses órgãos estavam, o general José Graciliano do Nascimento e João Moreira da Silva.

A comissão levantou ainda que outros sistemas de monitoramento a repressão foram criados durante esse período, como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), Destacamentos de Operações Internas (DOI), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Secretaria de Segurança Pública (SSP), Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), assim esses órgãos tinham como principal objetivo reprimir e controlar qualquer atividade considerada subversiva e daquelas que fossem contra a lei ou dos considerados bons costumes, sendo eles sustentados pela ideologia autoritária contra qualquer manifestação/questionamento.

Após o golpe de 1964 e para implementação desses mecanismos supracitados o relatório traz a questão dos 17 Atos Institucionais. Esses atos foram outorgados entre 1964-1969, sob a justificativa de acabar com a corrupção e a subversão. Os cinco primeiros atos são considerados mais agressivos, principalmente o Ato Institucional nº 5 (AI-5), instituído em 13 de dezembro de 1968, determinando o fechamento do Congresso, suspensão dos direitos constitucionais, assim como transferindo poderes máximos ao Executivo.

Na segunda parte, “Cronologia da Repressão Política em Sergipe de 1946 a 1988”, buscando abarcar o período de 1946 até a Constituição de 1988. Com extensa discussão e apresentação de documentos que permitem observar as relações entre o Brasil, Estados Unidos e as discussões que sustentavam o período compreendido como Guerra Fria. Junto dessa observação, ao longo do capítulo são apresentadas uma série de incursões e

MEMÓRIAS REVELADAS: COMISSÃO PAULO BARBOSA DE ARAÚJO

NUNES, R. J.

violações dos direitos humanos que foram divididos fazendo cortes temporais: 1946-1963, 1964-1967, 1968-1973, 1974-1978 e 1979-1988.

O ano de 1946 foi escolhido como marco devido à promulgação da Constituição e a saída da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Em 1947, é ordenado a cassação de mandatos de parlamentares do Partido Comunista Brasileiro (PCB), manifestantes vão às ruas contestar essas cassações e a linha dura do governo de Dutra, nesse episódio Anísio Dário, é morto pelas forças armadas, posteriormente o PCB tem seu registro cassado. Esse período é também marcado pelo suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e a vitória nas eleições de 1960 da chapa “jan-jan” Jânio Quadros e João Goulart. Em 1961 Jânio Quadros renúncia e quem assume a presidência é seu vice João Goulart, nesse momento já havia movimentações para firmar o golpe.

No tópico seguinte, 1964-1967, são discutidos os antecedentes do golpe civil-militar e colocados como questões o início do governo de Jânio Quadros, seus discursos e sua forma de governo, caracterizado por uma postura mais conservadora. Com a renúncia de Jânio, houveram repercussões em todo país, em Sergipe houve manifestações estudantis de apoio que queriam João Goulart como presidente. Na época, o prefeito de Aracaju, José Conrado de Araújo (1959–1963), fez um pronunciamento para que a população apoiasse a posse de Goulart, o que em partes, acabou mobilizando as pessoas a irem às ruas. Assim, mesmo com tantas conspirações em 8 de setembro de 1961 Goulart assumiu a presidência.

Quando as informações do golpe chegaram a Sergipe, na noite de 31 de março de 1964, alguns integrantes do PCB, militantes, sindicalistas e trabalhadores se reuniram para organizar possíveis ações. Entretanto, em 1 de abril chegaram tropas da 6ª Região Militar vindas de Salvador para garantir qualquer ação contrária ao golpe, essas tropas ocuparam a cidade de Aracaju e também os interiores. Com essa medida os sindicalistas e militantes ficaram sem poder resistir ou fazer qualquer movimentação contrária ao golpe, sendo possível observar essa movimentação junto da documentação e análises levantadas pela CEV/SE. No relatório também é posto como o rádio foi um meio de comunicação e resistência importante para época, visto que era necessário que a informação do golpe fosse disseminada o mais rápido possível e o principal veículo que predominava e alcançava a todos era o rádio. Outro fato interessante trabalhado é a deposição do governador eleito democraticamente Seixas Dória, que foi preso em 2 de abril de 1964 no Palácio Olímpio Campos, em Aracaju. Sua deposição só foi oficializada em 4 de abril, sob a justificativa que Dória fazia parte de forças extremistas e anti patrióticas, sendo assim exilado na ilha de Fernando de Noronha, onde ficou lá até conseguir seu habeas corpus, em agosto de 64. Além disso, esse tópico também é dedicado para discutir sobre as aplicações do primeiro Ato Institucional, trazendo uma lista com os nomes das pessoas que teriam seus direitos políticos cassados, sendo que esse documento foi elaborado pela 28ª BC com apenas 2 dias de instauração do AI-I, e pretendia auxiliar para debater sobre as perseguições ao Movimento de Educação de Base (MEB).

No tópico seguinte “1968-1973”, é debatido a questão da repressão ao movimento estudantil e o Congresso clandestino de Ibiúna. Com o golpe o movimento estudantil passa a ser visto como um problema para o regime político, assim sendo, o governo substituiu o decreto “Café Filho” promulgado em 1955, pela Lei nº 4.464/1964 que recebeu o nome de Lei Suplicy, com isso o Ministério da Educação, que ficaria

MEMÓRIAS REVELADAS: COMISSÃO PAULO BARBOSA DE ARAÚJO

NUNES, R. J.

responsável por controlar essa ameaça. A União Nacional dos Estudantes (UNE), passou a viver na ilegalidade, mas voltou a ter uma grande importância no ano de 1968 com a volta das manifestações nas ruas e principalmente depois da morte do estudante secundarista Edson Luís, no Rio de Janeiro. O ano de 1968 é marcado pela luta, resistência e ações em conjunto pelos estudantes que promoveram grandes eventos, como a Passeata dos 100 mil, em protesto a morte do estudante Edson Luís e o XXX Congresso Nacional da UNE, mais conhecido como Congresso de Ibiúna, nesse movimento 700 estudantes foram presos, 10 deles faziam parte da delegação sergipana. A partir do estudo exposto na obra, em Sergipe o Ato Institucional nº 5, atingiu excepcionalmente os funcionários públicos e os políticos, sendo assim a CEV/SE conseguiu identificar que ocorreram punições no início do AI-I e após o AI-5. Através desse ato foi decretada a Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 que passou a perseguir os estudantes da UFS.

Junto das ações para reprimir resistentes, a Operação Gaiola de 1970 teve como principal objetivo prender pessoas que eram contra a ditadura. Nela foram presas pessoas ligadas ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), líderes de movimentos estudantis, intelectuais, militantes e artistas. Entretanto, essa medida acabou tendo um efeito contrário ao esperado, sendo que, essa série de prisões acabou depreciando a imagem do Brasil no exterior. Em Sergipe, foram presas 6 pessoas, Jackson Barreto Lima, Major João Teles Menezes, Adalberto Pinto de Carvalho, Nelson Gois de Souza, José Alves do Nascimento e Artemízio Cardoso Rezende, três desses presos políticos prestaram depoimento à comissão sobre essas prisões.

O tópico intitulado “1974-1978” busca refletir e discutir principalmente a Operação Cajueiro que teve 29 presos. Essa operação de âmbito nacional desencadeou em Aracaju, no dia 20 de fevereiro de 1976, foi uma ação militar que ocorreu de forma confidencial em Sergipe. Seu principal objetivo era prender supostos militantes políticos do PCB acusados de tentar reorganizar o partido. Além disso, essa operação acabou prendendo também membros do MDB. Desse modo, foi o movimento mais repressivo no estado durante a ditadura e somente veio a ter fim em 4 de março de 1976.

No último tópico, “1979-1988 Fragmentos da luta política no interior de Sergipe nos anos 1980”, o CEV/SE busca discutir o retorno do Estado democrático, que deveria ser lento, gradual e seguro. O processo de redemocratização é representado através de um infográfico de forma didática com uma rica documentação comprobatória de imagens e documentos. Outrossim, aborda a questão da Anistia política de 1979, as Diretas Já e a questão constituinte. Um dos casos mais emblemáticos de luta pela anistia foi do casal Ana Côrtes e Bosco Rolemberg, sergipanos e militantes que faziam parte da esquerda. Ambos foram presos em Pernambuco e levados inicialmente para o DOPS, de Recife, em 1974, lá foram interrogados e torturados. No relatório é contada toda a história do casal.

Na terceira parte, “Memória e Verdade: Temas diversos” busca refletir sobre a importância da memória. Nos depoimentos coletados foram citados pelos sergipanos lugares em que sofreram repressão política. Assim, foi realizado um inventário pela comissão desses lugares de memória como uma forma de homenagear essas vítimas. Essa classificação foi elaborada com base em uma metodologia que classificava os dados da planilha como classificação geral, local, endereço, fato histórico e a fonte. Outro fato necessário e debatido é a questão da reflexão sobre violência de gênero, que conta com depoimentos das vítimas relatando as violências sofridas nesse período, principalmente os relatos de Laura Marques e Ana Côrtes.

MEMÓRIAS REVELADAS: COMISSÃO PAULO BARBOSA DE ARAÚJO

NUNES, R. J.

Nas partes IV e V, “Pessoas atingidas pela repressão Política em Sergipe” e “A repressão política em Sergipe”, a comissão buscou trazer listas com os nomes dos sergipanos atingidos pelo regime e uma lista geral de nomes da resistência pelo Brasil. Tendo ainda na parte V, uma relação dos integrantes das forças armadas que praticaram essas repressões em Sergipe, esses nomes foram elaborados com base na documentação levantada e podem ser consultados na comissão.

Como forma de apresentar um fechamento das atividades e abrir distintos espaços de discussão sobre o assunto, a parte VI é dedicada como recomendação da CEV/SE, “adoção de medidas e implementação de políticas públicas que possam prevenir as sistemáticas violações de direitos humanos e com isso reforçar a concretização da Democracia” (CEV/SE, 2020, p. 372). Assim, a CEV/SE, recomenda a adoção de medidas e políticas públicas que garantam os direitos humanos e a garantia da democracia plena a partir dos seguintes eixos: 1- Medidas e reformas institucionais e legislativas; 2- Políticas públicas de memória e de educação em direitos humanos; E 3- Medidas de seguimento das ações e recomendações da CEV/SE. Esses eixos têm como principal objetivo contemplar as recomendações da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo. Sem mais, a obra encerra a parte VII com as referências utilizadas na pesquisa e dispõe de anexo junto ao levantamento de parte do acervo documental utilizado.

Por fim, a obra em destaque apresenta importante contribuição ao desenvolvimento da Comissão da Verdade em âmbito nacional, em especial a desenvolvida no Estado de Sergipe, para contribuição na continuidade dos projetos como memória reveladas, marcas da memória no Ministério da Justiça na Comissão de Anistia e o rico levantamento da documentação para novas pesquisas. Os relatos das vítimas, de militantes políticos e dos familiares desses sujeitos históricos, como um ato de denunciar as atrocidades cometidas durante a ditadura no Brasil. Esses estudos são cruciais para o entendimento e promoção da democracia, a valorização da memória e do compromisso com os direitos humanos fazendo-se assim uma leitura vital a toda população.

Notas

I Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS/UFS).

Referências Bibliográficas:

Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” Sergipe: Relatório Final [recurso eletrônico] / Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis (organizadores). -Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2020. 426 p.: il.; 28 cm. E´book PDF. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/edise/produto/250/digital>. Acesso em: 02/01/2024.